



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO DISTRITO FEDERAL

## **PREGÃO ELETRÔNICO N. 90013/2026**

**(PROC. nº. 0001397-62.2026.4.01.8005)**

### **AMPLA CONCORRÊNCIA**

### **MODO DE DISPUTA ABERTO**

A Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria SECAD nº 81/2024, de 17 de Dezembro de 2024, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas regulamentações, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e demais legislação aplicável, bem como às condições e exigências deste Edital e seus anexos.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da sessão Pública de Pregão Eletrônico:

**DIA: 16 de junho de 2026.**

**HORÁRIO: 14h (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).**

**Código UASG: 090023**

## **1. DO OBJETO**

1.1 – O objeto do presente Pregão Eletrônico consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gerenciamento eletrônico de abastecimento de combustível para os veículos oficiais e motores estacionários da Seção Judiciária do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2 – A licitação será realizada **por um único item**, conforme planilha constante no Termo de Referência - ANEXO I deste edital.

1.3 – O critério de julgamento adotado será **MAIOR DESCONTO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do

objeto, sendo o desconto aplicado sobre o valor de referência definido no Termo de Referência.

1.4 – É expressamente vedado à CONTRATADA subcontratar, transferir ou ceder a terceiros as obrigações resultantes da execução deste contrato, conforme § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, sob pena de incursão nas sanções previstas no art. 155 da referida Lei.

1.5 – Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Sistema de Compras do Governo Federal e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

## **2. DOS ANEXOS**

2.1 - São partes integrantes deste Edital:

2.1.1 – ANEXO I – Termo de Referência;

2.1.2 – ANEXO II – Modelo de Proposta;

2.1.3 – ANEXO III – Minuta do Contrato

## **3. DO VALOR ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1 – O valor total estimado para a execução do objeto desta licitação é de **R\$ 154.410,24 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e dez reais e vinte e quatro centavos)**, calculado com base na demanda projetada de combustíveis para a frota oficial, conforme planilha de constante do Item 19 do Anexo I – Termo de Referência.

3.1.1 O valor de referência dos combustíveis é de **R\$ 160.844,00 (cento e sessenta mil, oitocentos e quarenta e quatro reais)**, sob o qual incidirá o percentual de desconto ofertado pelas licitantes, observada a exigência mínima de 4,00% (quatro por cento).

3.2 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade (UG): 00001/090023

Programa de Trabalho: PTRES 168312 - Julgamento de Causas na Justiça

Federal Elemento de Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo

## **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 – Poderão participar deste Pregão Eletrônico, os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.2 – Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.3 – A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou desta Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4 – Não poderão participar desta licitação:

4.4.1 – Empresário que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitado de licitar ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) e do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

4.4.2 – autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.4.3 – empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.4.4 – sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.4.5 – empresas que se encontrem em processo de dissolução ou liquidação, falência, fusão, cisão ou incorporação;

4.4.6 – sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU, Ação Civil Pública n. 01082-2002-020-10-00-0.

4.4.7 – Empresários controladores, controlados ou coligados, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.4.8 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.4.9 – sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

4.4.10 – aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da SJDF ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.4.11 – pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho

infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.5 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6 – Aplica-se o disposto no subitem 4.4.1 também ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

4.7 – A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 4.4.2 e 4.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.8 – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.9 – Na hipótese de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, a participação dependerá de comprovação, respectivamente, da concessão ou da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, bem como do atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeiro previstos neste Edital.

4.10 – A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição acima elencada sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.

## 5. DA VISTORIA

5.1. – Não se exigirá que a **licitante** realize vistoria para o objeto desta licitação.

## 6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 – A licitante cadastrará sua proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

6.1.1 – A licitante poderá retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **o percentual de desconto ofertado para o item, expresso com apenas duas casas decimais após a vírgula**, incidente sobre o valor estimado do respectivo item. O valor resultante da aplicação do desconto deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos, inclusive tributos, fretes, tarifas e demais despesas necessárias à execução do objeto.

6.2.1 - O percentual de desconto deverá incidir sobre os preços unitários de bomba “à vista” para cada combustível no momento do fornecimento, conforme definido no Termo de Referência;

6.2.2 - O licitante deverá indicar, em campo próprio do sistema, o percentual de desconto único, fixo e irrecorrível, incidente sobre o valor de referência, aplicável durante toda a vigência contratual.

6.2.3 – A licitante deverá respeitar os preços unitários máximos estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I.

6.3 – A proposta deverá ser apresentada conforme **Modelo de Proposta – ANEXO II** deste Edital, contendo: descrição **completa do** objeto ofertado, quantidade, preço unitário e total, percentual de desconto ofertado, dados da empresa (razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, correio eletrônico para contato e recebimento/aceite da nota de empenho ou contrato), dados bancários, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela elaboração da proposta.

6.4 – O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura da sessão pública estabelecida neste edital.

6.5 – A licitante no momento do cadastro da proposta eletrônica, também registrará em campo próprio, as declarações de cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, de elaboração independente de proposta, de obrigá-la a comunicar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo e de que a empresa não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezois anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal), entre outras previstas pelo sistema, as quais somente serão visualizadas pelo Pregoeiro, após a fase de lances.

6.6 – Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8 – A participação no certame e a apresentação da proposta implicarão plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, não se lhe reconhecendo o direito à arguição de omissões, enganos ou erros posteriores, que encerrem a pretensão de alterar o valor total ofertado.

6.9 – Não serão aceitas propostas com quantidades inferiores às constantes no Termo de Referência - ANEXO I.

## **7. DO PROCEDIMENTO E DA ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

7.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as empresas licitantes ocorrerá, exclusivamente, mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.2.1 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## **8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

8.1 – Iniciada a fase competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, pelo percentual de desconto do item, com apenas 2 (duas) casas decimais, sendo imediatamente informados do horário e percentual consignados no registro de cada lance.

8.2 – A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema;

8.2.1 – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.

8.2.2 – A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.3 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.4 – Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, por item. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.5 – Será adotado para o envio de lances **o modo de disputa ABERTO**, na forma do disposto no art. 22, I da IN SEGES nº 73/2022, em que as empresas licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.5.1 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.5.2 – A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.5.3 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.5.4 – Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.6 – Após o reinício previsto no item supra, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

8.7 – No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer operante e acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

8.7.1 – Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridos 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8.8 – O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou após negociação e decisão do Pregoeiro.

8.9 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.9.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.9.2 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.9.3 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

8.9.4 - declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

8.10 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.10.1 - empresas brasileiras;

8.10.2 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.10.3 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.11 - Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## 9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1 – Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro examinará a compatibilidade de preço ofertado pela licitante classificada em primeiro lugar com o valor mínimo estimado para a contratação.

9.2 – O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

9.3 – Não sendo compatível o preço e havendo recusa de contraproposta, por parte da primeira colocada, o Pregoeiro recusará sua proposta e direcionará a contraproposta a licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável.

9.4 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

## 10. DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 – No julgamento das propostas, o Pregoeiro levará em conta o critério de maior desconto por item, observadas as condições estabelecidas neste Edital.

10.1.1 – O percentual de desconto ofertado não poderá ser inferior ao percentual mínimo definido no Termo de Referência (Anexo I), o qual será aplicado sobre os preços unitários de bomba “à vista” para cada combustível no momento do fornecimento, levando-se em consideração o montante estimado para fornecimento de cada combustível.

10.2 – Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo estimado para contratação, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.3 – O pregoeiro solicitará a licitante mais bem classificada que, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.4 – Juntamente com a proposta deverão ser encaminhados:

10.4.1 – Apresentar juntamente com a Proposta, relação atualizada dos postos de abastecimento credenciados.

10.4.2 – Apresentar manual ou equivalente contendo todas as informações relacionadas ao sistema de gerenciamento eletrônico e utilização dos cartões.

10.5 – É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.



10.6 – Poderão ser solicitados pelo pregoeiro durante a sessão pública ou por meio de diligências, a fim de viabilizar a verificação de suas características em relação às exigências do Termo de Referência, o envio de fôlderes, prospectos, catálogos, encartes dos materiais, manuais ou indicação do site do fabricante, desde que possuam imagens nítidas e descrições técnicas detalhadas do produto ofertado a fim de subsidiar a análise pelo Pregoeiro e/ou pela Unidade Técnica.

10.6.1 – Os documentos quando solicitados deverão ser encaminhados juntamente com a proposta de preços definitiva, por meio do Sistema, no prazo estabelecido neste Edital, contados da solicitação no sistema eletrônico.

10.7 – O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Justiça Federal do Distrito Federal, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

10.8 – Serão desclassificadas as propostas com vícios insanáveis, que não obedeçam às especificações técnicas deste Edital, que apresentem preços inexequíveis ou permaneçam acima do preço estimado para a contratação, não corrijam ou não justifiquem as falhas apontadas pelo Pregoeiro.

10.9 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital e seus anexos, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.10 – Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.11 – No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme Art. 34 da IN SEGES 73/2022.

10.11.1 – Serão desclassificadas as propostas que não tiverem **sua exequibilidade** demonstrada, quando exigido pelo pregoeiro por meio de diligência, conforme Parágrafo único do Art. 34 da IN SEGES 73/2022.

10.11.2 – Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

10.12 – A licitante que **abandonar o certame**, deixando de enviar a documentação complementar solicitada no edital ou, eventualmente, pelo Pregoeiro, **terá sua proposta recusada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital**.

10.13 – Também não serão admitidas propostas elaboradas em desacordo com os termos deste Edital ou que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes.

## 11. DA AMOSTRA

11.1 – Não se exigirá amostra para o objeto desta licitação.

## 12. DA HABILITAÇÃO

12.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.1 - SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao disposto no art. 14º, da Lei n.º 14.133/2021;

12.1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> - [§ 4º do art. 91, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2 – As consultas realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

12.2.1 – Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.2.2 – A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.2.3 – A licitante será convocada para manifestação previamente à sua inabilitação.

12.3 – Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação da licitante vencedora será verificada mediante consulta ao SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.3.1 – Os documentos necessários para comprovar a **habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista**, previstos nos incisos I a VI do caput e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei n.º 14.133/2021, caso não estejam contemplados no SICAF, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira da licitante, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), quando solicitados pelo Pregoeiro.

12.3.2 – Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, em arquivo único, no **prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada** pelo Pregoeiro.

12.3.3 – O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 39, §6º, da In SEGES nº 73/2022.

12.4 – Para fins de **qualificação técnico-operacional** deverão ser apresentados:

12.4.1 – Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica fornecido por órgão da Administração Pública ou por entidade privada, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste termo.

12.4.2 – Para fins de comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: “Gerenciamento e fornecimento de abastecimento de veículos por período não inferior a 12 (doze) meses”.

12.4.3– Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;

12.5 – O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica apresentados deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil - RFB.

12.6 – A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade de cada Atestado de Capacidade Técnica solicitado neste Edital, e apresentar, quando solicitado, dentre outros documentos, cópia do(s) contratos(s) a ele(s) pertinente(s), além de fornecer o(s) endereço(s) atual(ais) do(s) contratante(s) e o(s) local(is) em que foram prestados os serviços;

12.7 – Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para execução em prazo inferior.

12.8 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.9 – Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, conforme art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

12.10 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos exigidos neste Edital.

12.11 – Para fins de **qualificação econômico-financeira** deverão ser apresentados:

12.11.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

12.11.2. Balanço Patrimonial do último exercício social;

12.11.3. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do último exercício social;

12.11.4. O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos da IN RFB n. 2.142/2023.

12.12. Os documentos exigidos na Condição anterior deverão comprovar:

12.12.1. Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1.

12.12.2. É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios.

12.13. A licitante deve, sempre que questionada, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, no mínimo:

12.13.1. Comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público competente.

12.13.2. O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei n. 6.404/1976.

**12.14 – Da habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006:**

12.14.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.14.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.14.3 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração Pública convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

12.15 – Para os efeitos deste Pregão, a licitante será declarada vencedora após a fase de habilitação e antes da etapa recursal.

12.16 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.16.1 – A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante quando da apresentação da proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro (Acórdão 1211/2021-Plenário TCU).

12.17 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.18 – A licitante provisoriamente vencedora em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigada a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.18.1 - Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação da licitante nos remanescentes.

### **13. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

13.1 – Atendendo aos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para empresas enquadradas na definição de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas de consumo.

13.1.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas de consumo sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

13.2 – Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

13.2.1 – a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa de consumo mais bem classificada será convocada para, querendo, apresentar novo lance com preço inferior ao menor lance até então apresentado, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

13.2.2 – não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte, ou cooperativa de consumo na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 13.1.1, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;

13.2.3 – na hipótese de não-contratação nos termos previstos no subitem 13.1.1, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

### **14. DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

14.1 – O tratamento de dados pessoais decorrente deste edital enquadra-se nas hipóteses dispostas nos incisos III e V do art. 7º da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

### **15. DO CÓDIGO DE CONDUTA**

15.1 – As partes comprometem-se a observar o Código de Conduta, instituído pela Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, bem como a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de discriminação, instituída pela Resolução nº 351/2020 – CNJ.

## 16. DOS RECURSOS

16.1 – A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

16.2 – Qualquer licitante poderá, durante o prazo de **10 (dez) minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

16.2.1 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

16.2.2 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita, deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo do recorrente.

16.3 – O recurso interposto e admitido terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.4 – O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

16.5 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.6 – Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará este procedimento de licitação e determinará a contratação.

16.7 – Os autos do processo eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## 17. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

17.1 – A adjudicação do objeto desta licitação será realizada por item, em favor da licitante que ofertar o maior desconto para o item, observados os demais requisitos do Edital.

17.1.1 – Será declarada vencedora a licitante que ofertar o maior percentual de desconto sobre o valor global de referência fixado pela Administração para o item, o qual incidirá sobre os valores efetivamente faturados durante a execução contratual, relativos ao fornecimento dos combustíveis.

17.2 – Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento.

## 18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1 – O prazo de vigência desta contratação é de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura eletrônica do contrato, observado o disposto no §3º do art. 132 da Lei nº 10.406/2022 – Código Civil Brasileiro, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

## 19. DAS CONDIÇÕES INICIAIS DE CONTRATAÇÃO

19.1 – A contratação do objeto da presente licitação será efetuada mediante instrumento próprio, conforme preceitua o art. 91 e 92 da Lei nº 14.133, de 2021, do qual farão parte integrante todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, independentemente de transcrição, bem como a documentação e a proposta da licitante vencedora, naquilo que não contrariar os termos deste Edital, com previsão de adaptação às normas vigentes.

19.2 – Previamente à assinatura do contrato, a Administração realizará consulta “*on line*” ao SICAF, para verificação da regularidade da adjudicatária. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

19.2.1 – Em consonância com a Lei 14.973/2024, previamente à assinatura do contrato, a Administração realizará consulta “*on line*” ao CADIN (Cadastro Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados) para verificação da regularidade da adjudicatária. Na hipótese de irregularidade do registro CADIN, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de **proibição para celebração de contrato** com a Administração Pública Federal (“Art. 6º-A. da Lei n.º 10.522/2002, incluído pela Lei nº 14.973/2024).

19.3 – A empresa vencedora será convocada para assinar eletronicamente o contrato, conforme **ANEXO III - Minuta do Contrato**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, podendo este ser prorrogado, a pedido da adjudicatária, em conformidade com o art. 90, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021. Em não o fazendo, aplicar-se-ão as disposições contidas no art. 90, § 5º da mesma lei.

19.3.1 – A Administração comunicará, via *email*, a necessidade de assinatura do contrato, momento em que expedirá instruções necessárias para eventual cadastramento.

19.3.2 – A assinatura do contrato se dará mediante *login* e senha fornecidos pelo Tribunal Regional Federal 1ª Região, após o devido cadastro da licitante no Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

19.4 – Se a licitante vencedora se recusar a assinar o contrato injustificadamente, será convocada outra licitante, na ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e legais cabíveis.

19.5 – A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura.

19.6 – As obrigações da Contratada, da Contratante e demais condições contratuais estão estabelecidas na Minuta de Contrato – ANEXO III deste Edital.

## **20. DA EXECUÇÃO**

20.1 – A Execução do contrato reger-se-á pelo Capítulo VI, VII e VIII (arts 115 ao 139) da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2 – Caso a Contratada não consiga cumprir os prazos estabelecidos para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Edital ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência.

20.3 – A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

20.4 – O pedido de prorrogação intempestivo ou não justificado na forma disposta neste edital será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

## **21 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1 – A licitante ou a Contratada serão responsabilizadas, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, pelo cometimento das seguintes infrações administrativas:

21.1.1 – dar causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.2 – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3 – dar causa à inexecução total do contrato;

21.1.4 – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5 – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.8 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

21.1.9 – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.10 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



21.1.11 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.12 – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2 – A administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1 – advertência, aplicada como instrumento de correção de conduta acessória, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

21.2.2 – multa;

21.2.3 – impedimento de licitar e contratar;

21.2.4 – declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

21.3 – Na aplicação das sanções serão considerados:

21.3.1 – o direito ao contraditório e à ampla defesa;

21.3.2 – os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da vedação ao *bis in idem*;

21.3.3 – as causas excludentes de culpabilidade;

21.3.4 – a natureza e a gravidade da infração cometida;

21.3.5 – as peculiaridades do caso concreto;

21.3.6 – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.3.7 – os danos que dela provierem para a Administração; .

21.3.8 – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle e as diretrizes da Resolução CNJ n. 410, de 23 de agosto de 2021;

21.3.9 - o custo e benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.

21.4 – As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.5 – As penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133/2021 e são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/2021.

21.6 – A Administração pode, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor presumido da multa, concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo sancionatório, no qual será assegurado à contratada o direito ao contraditório e a ampla defesa.

21.7 – Quando a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse

valor, a diferença será cobrada por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

21.8 - Assinado o termo de contrato – ANEXO III deste edital, prevalecerão as sanções nele estabelecidas.

## **22. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

22.1 – Observada a antecedência mínima **de até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão, qualquer pessoa poderá impugnar este edital, até às 19h do prazo legal - horário de expediente desta Seção Judiciária - mediante termo dirigido ao Pregoeiro, exclusivamente na forma eletrônica, para os *e-mails* [selic.df@trf1.jus.br](mailto:selic.df@trf1.jus.br) e [selic.df@gmail.com](mailto:selic.df@gmail.com).

22.1.2 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [selic.df@trf1.jus.br](mailto:selic.df@trf1.jus.br) e [selic.df@gmail.com](mailto:selic.df@gmail.com).

22.3 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão divulgadas no sistema eletrônico oficial para os interessados, no prazo de **até 3 (três) dias úteis** contados da data do seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1 – As obrigações da Contratada e da Contratante, condições de pagamento e as sanções por descumprimento às obrigações contratuais estão estabelecidas na Minuta do Contrato ANEXO III deste Edital.

23.1.1 – A licitante vencedora tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art 92, XVI da Lei nº 14.133/2021.

23.2 – As decisões do Pregoeiro serão consideradas definitivas somente após terem sido homologadas pela Autoridade Competente da Justiça Federal do Distrito Federal.

23.3 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.4 – O mero desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, sem prejuízo dos princípios basilares da Administração Pública.

23.5 – Alterações das condições deste Edital, bem como informações adicionais, serão divulgadas na *homepage* desta Justiça Federal do Distrito Federal

(<https://sistemas.trf1.jus.br/licitacoes/>) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP - ([www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br)), devendo as licitantes acessá-las para ciência.

23.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos para este procedimento licitatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente na SJDF e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

23.7 – A eventual tolerância a qualquer infração ao disposto neste instrumento não implicará aceitação, novação ou precedente.

23.8 – No caso de problemas que dificultem ou impossibilitem a remessa de qualquer documentação, via Sistema de Compras do Governo Federal, após autorização expressa do Pregoeiro, poderá a empresa encaminhar para o e-mail da SELIC ([selic.df@trf1.jus.br](mailto:selic.df@trf1.jus.br) e [selic.df@gmail.com](mailto:selic.df@gmail.com)).

23.8.1 – Para o deferimento do pleito pelo Pregoeiro, a empresa deverá solicitar e justificar o motivo de não poder postar a documentação via Sistema de Compras do Governo Federal.

23.9 – É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.10 – Não serão considerados novos os documentos e/ou informações que possam ser obtidos mediante consulta gratuita, aberta a qualquer interessado, a bancos de dados de órgãos e/ou entidades públicos, privados e/ou de caráter público, que estejam disponíveis na rede mundial de computadores.

23.11 – Após encerramento da sessão pública, toda e qualquer comunicação/informação/notificação/intimação e envio de documentos (ata, contrato, nota de empenho e demais documentos) à licitante será feita pelo e-mail cadastrado no Portal de Compras do Governo Federal, ou outro que o substitua, apontado formalmente em sua proposta.

23.11.1 – É de exclusiva responsabilidade da licitante o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado.

23.11.2 - Em caso de inobservância do previsto no subitem anterior, a Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação via postal/pessoal.

23.12 – A presente licitação, no interesse do serviço público, poderá ser adiada, revogada ou anulada, sempre com despacho fundamentado, conforme disposto no artigo 71 da Lei 14.133/2021.

23.13 – Aplica-se, subsidiariamente, à presente licitação, a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, a Instrução Normativa Seges/ME n.º 73/2022 e a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

23.14 – Os casos omissos serão decididos, conforme o caso, pelo Pregoeiro ou autoridade competente, com base na legislação vigente.

23.15 – Mais esclarecimentos quanto ao procedimento licitatório poderão ser obtidos pelos telefones (0xx61) 3221-6403 / 3221-6404 / 3221-6405/ 3221-6406, ou no endereço SAUS, Quadra 2, Bloco G, anexo, CEP: 70.070-933, no horário de 14h às 18h.

Brasília/DF, 28 de Maio de 2026.

**Diógenes Nogueira da Silva Alexópulos**  
**Pregoeiro**  
**JFDF**

**ANEXO I DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2026****TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gerenciamento eletrônico de abastecimento de combustível para os veículos oficiais e motores estacionários da Seção Judiciária do Distrito Federal.

**2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

2.1. O(s) item(ns) de consumo objeto deste Termo de Referência a ser(em) adquirido(s) não se enquadra(m) como sendo de bem(ns) de luxo e deverá(ão) suprir em qualidade e quantidade à demanda estrutural da Administração da SJDF, para a qual se destina(m).

2.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. O objeto pretendido está perfeitamente alinhado com os macrodesafios de aperfeiçoamento da gestão de custos e da melhoria da infraestrutura estabelecidos no Plano Estratégico da Justiça Federal 2021/2026, normatizado pela Resolução CJF nº 325/2020.

2.4. A aquisição ora pretendida está prevista no PAC 2026, com Id. **SJDF\_NUSIT\_0007\_2026**.

**3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

3.1. Prestação de serviços de gerenciamento eletrônico de abastecimento de combustível para os veículos oficiais e motores estacionários da Sjdff mostra-se necessária e imprescindível para assegurar a continuidade, a eficiência e a economicidade dos serviços prestados por esta Administração. A demanda proveniente de todas as unidades da Seção Judiciária do Distrito Federal - SJDF no cumprimento de suas funções institucionais, nas demandas de transporte previstas na IN 14-08 do TRF1 e dentro dos padrões estabelecidos na resolução 736/2021 do Conselho da Justiça Federal.

3.2. O abastecimento regular da frota oficial é condição essencial para o desempenho das atividades institucionais, uma vez que os veículos são utilizados no deslocamento de servidores, transporte de materiais, execução de diligências administrativas e apoio às ações finalísticas do órgão. A interrupção ou deficiência nesse serviço comprometeria diretamente o funcionamento das unidades administrativas e o atendimento às demandas institucionais.

3.3. A estimativa de combustíveis licitados no presente Termo de Referência corresponde à demanda prevista, haja vista que a quantidade de litros utilizados em anos anteriores serviu como parâmetro para presente contratação.

#### 4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A unidade recomenda que a contratação seja realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, conforme disposto no inciso I, artigo 28 e art. 29 da Lei 14.133/2021, visto se tratar de aquisição de serviço comum, cujos padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.2. A adjudicação será realizada com base no critério de julgamento de maior desconto sobre o valor global estimado.

4.2.1. O pregão adotará o critério de julgamento **maior desconto**, sendo considerada mais vantajosa para a Administração a proposta que apresentar o maior percentual de desconto, expresso com duas casas decimais, incidente sobre o valor global estimado da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022, considerado item único.

4.3. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o **maior percentual de desconto** sobre o valor global de referência fixado pela Administração, o qual incidirá sobre os valores efetivamente faturados durante a execução contratual, relativos ao fornecimento dos combustíveis.

4.3.1. O percentual de desconto ofertado não poderá ser inferior ao percentual mínimo definido neste Termo de Referência, o qual será aplicado sobre os preços unitários de bomba “à vista” para cada combustível no momento do fornecimento, levando-se em consideração o montante estimado para fornecimento de cada combustível.

4.4. Nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como do art. 8º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, verifica-se que, no presente caso, não se aplica o tratamento diferenciado destinado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

4.4.1. No presente caso, o objeto consiste no fornecimento de combustível, item cuja natureza demanda padronização de fornecimento, controle operacional centralizado e ampla rede de abastecimento, a fim de garantir o atendimento contínuo da frota institucional.

4.4.2. A eventual divisão do objeto para reserva de cota poderia resultar em fragmentação do fornecimento entre diferentes fornecedores, o que acarretaria dificuldades operacionais na gestão do abastecimento, aumento da complexidade administrativa, possíveis inconsistências nos sistemas de controle e risco de descontinuidade no atendimento da frota.

4.5. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet (código BR) e as especificações técnicas constantes deste instrumento, prevalecerão as últimas. Para fins de cotação (formação de preços), deverá ser obedecida a descrição completa do serviço, sendo a descrição do SIASG (código BR) meramente referencial.

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### 5.1. Requisitos Gerais

5.1.1. A contratada deverá ser empresa especializada no gerenciamento de abastecimento de combustíveis, com rede de postos credenciados no Distrito Federal.

5.1.2. O fornecimento para veículos será realizado exclusivamente por meio de postos de combustíveis credenciados à Contratada, vedada no caso de veículos a entrega em recipientes.

5.1.3. Para o abastecimento de combustível destinado **exclusivamente aos geradores**, poderá ser utilizado recipiente apropriado, observadas as normas de segurança aplicáveis.

5.1.4. O gerenciamento deverá ser feito por meio de cartões magnéticos ou microprocessados vinculados a cada veículo, com identificação única, e sistema informatizado que permita o acompanhamento das transações em tempo real.

5.1.5. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico e operacional 24h, para atendimento a eventuais falhas no sistema de gerenciamento.

5.1.6. A Contratada deverá fornecer aos seus empregados e orientar os estabelecimentos por ela credenciados quanto ao uso dos equipamentos de segurança adequados, sempre que necessários à execução dos serviços.

## 5.2. Requisitos Técnicos

5.2.1. O sistema informatizado de gerenciamento deverá possibilitar: o registro individualizado por veículo, motorista, data, hora, tipo e quantidade de combustível/insumo fornecido; relatórios gerenciais customizáveis, em formato eletrônico, para acompanhamento e auditoria; controle de abastecimento por veículo (quantidade e periodicidade).

5.2.2. O sistema deverá ser compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais Windows 7, 10 e 11, bem como com os navegadores Microsoft Edge, Google Chrome e Mozilla Firefox, além de ser compatível com ferramentas de escritório Microsoft Office 365, LibreOffice e BrOffice, ou outro que venha a ser utilizado pela Contratante, desde que amplamente difundido no mercado. Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento de quaisquer softwares adicionais necessários ao acesso ao sistema.

5.2.3. A Contratada deverá disponibilizar nos postos credenciados equipamentos visando o registro dos abastecimentos com capacidade de emitir em duas vias, comprovante impresso da operação realizada.

5.2.3.1. Uma das vias do comprovante deverá ser encaminhada para a Contratada pelo credenciado e a outra deverá fazer parte dos arquivos do contratante visando à conferência dos Relatórios e Notas Fiscais ao final de cada mês.

5.2.3.2. Os documentos impressos pelos equipamentos deverão conter no mínimo as seguintes informações: placa e hodômetro do veículo abastecido; tipo de combustível, valor e quantidade abastecida; data e hora do abastecimento; identificação do posto e servidor que realizou a operação.

5.2.4. Relatórios gerenciais disponibilizados pela Internet que identifiquem todos os dados da operação do abastecimento, inclusive, a média de consumo de cada veículo entre os abastecimentos.

5.2.5. Garantia de que, não possam ser abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota do contratante.

5.2.6. Garantia de que, os cartões só sejam utilizados com uso da senha do mesmo e do servidor responsável pelo abastecimento.

5.2.7. Os cartões genéricos deverão ter mobilidade para abastecer com qualquer combustível contratado os veículo ou geradores da Seção Judiciária do Distrito Federal, ou outros autorizados.

5.2.8. A Contratada fornecerá o acesso e suporte a sua plataforma durante 24 horas por dia no período dos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias do contrato, os materiais, transporte e tudo o mais que for necessário para a execução dos serviços.

### 5.3. Requisitos dos Cartões

5.3.1. A Contratada deverá fornecer 53 (cinquenta e três) cartões para abastecimento, **sem limite de utilização** de combustível, sendo um destinado a cada veículo e aos motores estacionários, além de 5 (cinco) cartões reserva, sem vinculação a veículo específico, que deverão permanecer bloqueados e sem crédito, sendo desbloqueados somente mediante solicitação da Contratante.

5.3.1.1. Não obstante os cartões serem fornecidos sem limitação por parte da Contratada, a unidade responsável pela gestão da frota da Contratante poderá estabelecer limitações, caso seja de interesse da Administração.

5.3.2. Os cartões magnéticos ou microprocessados deverão: ser resistentes, possuir chip de segurança e estar vinculados a cada veículo da frota; permitir bloqueio imediato em caso de extravio ou suspeita de uso indevido.

5.3.3. No caso de desfazimento de veículos, após comunicação formal à empresa contratada, os veículos deverão ser excluídos do contrato, com a respectivo bloqueio do cartão.

5.3.4. No caso de a SJDF adquirir ou receber novos veículos, após comunicação formal à empresa contratada, passarão a integrar o contrato e deverão receber o cartão para abastecimento.

## 6. DA HABILITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica fornecido por órgão da Administração Pública ou por entidade privada, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste termo.

6.1.1 Para fins de comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: “Gerenciamento e fornecimento de abastecimento de veículos por período não inferior a 12 (doze) meses”.

6.2. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;



6.3. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica apresentados deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil - RFB.

6.4. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

6.4.1. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para execução em prazo inferior.

6.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no Edital de Licitação ou no Aviso de Dispensa.

6.6. A empresa vencedora deverá se responsabilizar pela sua rede de postos credenciados quanto ao cumprimento de normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

## **7. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados:

7.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

7.1.2. Balanço Patrimonial do último exercício social;

7.1.3. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do último exercício social;

7.1.4. O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos da IN RFB n. 2.142/2023.

7.2. Os documentos exigidos na Condição anterior deverão comprovar:

7.2.1. Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicafe, for igual ou inferior a 1.

7.3. É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios.

7. A licitante deve, sempre que questionada, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, no mínimo:

7.4.1. Comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público competente.

7.4.2. O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei n. 6.404/1976.

## **8. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

8.1. É de inteira responsabilidade das empresas o preenchimento exato de suas propostas, pois não serão admitidas alegações de omissões, enganos ou erros posteriores à sua apresentação, com a finalidade de alterar os valores ofertados ou de não fornecer o objeto/executar o(s) serviço(s) de que trata este Termo de Referência.

8.2. As propostas das empresas interessadas na licitação deverão ser apresentadas em papel timbrado, datadas e assinadas, contendo obrigatoriamente: a) razão social; b) CNPJ; c) endereço; d) e-mail; e) cidade; f) unidade da federação; g) CEP; h) número de telefone/fax; i) especificação do objeto; j) marca e modelo do objeto; k) valores unitário e total do(s) item(ens), se for o caso, e do objeto, em algarismos e por extenso; l) prazo de validade da proposta; m) prazo de entrega; n) prazo de garantia do objeto; o) dados bancários, com os códigos do banco e da agência e o número da conta corrente; p) informação de que no preço proposto estão computadas todas as despesas com o transporte, os tributos, as tarifas, os impostos, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, as taxas, o prêmio de seguro e demais despesas de quaisquer naturezas, que se façam indispensáveis ao fornecimento do objeto da contratação.

8.3. Apresentar juntamente com a Proposta, relação atualizada dos postos de abastecimento credenciados.

8.4. Apresentar manual ou equivalente contendo todas as informações relacionadas ao sistema de gerenciamento eletrônico e utilização dos cartões.

## **9. FORMA DE CONTRATAÇÃO E VIGÊNCIA**

9.1. O percentual de desconto incidirá sobre o valor global a ser contratado, o qual será aplicado sobre os preços unitários de bomba “à vista” para cada combustível no momento do fornecimento, levando-se em consideração o montante estimado para fornecimento de cada combustível.

9.2. A Contratada fará jus ao pagamento dos serviços que forem efetivamente executados.

9.3. A Contratada deverá fornecer cartões específicos para o abastecimento de cada veículo ou motor estacionário, que deverão estar à disposição do Contratante em até 5 (cinco) dias úteis do início do Contrato.

9.3.1. Em caso de extravio ou dano, os cartões deverão ser emitidos e entregues pela Contratada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da respectiva solicitação.

9.4. O prazo de vigência desta contratação é de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura do contrato, observado o disposto no §3º do art. 132 da Lei nº 10.406/2022 – Código Civil Brasileiro, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **10. DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO E DO PAGAMENTO**

10.1. Para os recebimentos provisório e definitivo da prestação dos serviços, serão adotados os seguintes procedimentos:

10.1.1. As notas fiscais, acompanhadas das ordens de serviço emitidas pela Contratada, deverão ser entregues a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

10.1.2. Recebimento Provisório: em até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal, para verificação da sua conformidade com o que foi solicitado e aferição do direito ao pagamento.

10.1.3. Recebimento Definitivo: em até 20 (vinte) dias úteis, O recebimento definitivo deverá ser realizado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do encerramento do contrato.

10.2. O pagamento será efetuado mediante crédito bancário em conta corrente da Contratada, devendo o documento fiscal vir acompanhado das ordens de serviços emitidas, do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT, todos válidos na data do efetivo pagamento.

10.2.1. O pagamento dar-se-á no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório.

10.2.2. Para comprovação da regularidade fiscal, os documentos citados neste item poderão ser substituídos pelo Relatório SIASG/SICAF, que será acostado aos autos do processo de pagamento pela Contratante, por ocasião da verificação da nota fiscal.

10.2.3. Além da documentação citada neste item, deverá ser apresentada, juntamente com o primeiro documento fiscal encaminhado à Contratante para pagamento, documento comprobatório de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, na forma prevista e regulamentada.

10.3. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação e qualquer ônus porventura decorrente dessa antecipação constituirá encargo da Contratada.

10.4. Havendo erro na nota fiscal, inconsistência dos documentos apresentados, ou, ainda, a ocorrência de problemas de responsabilidade da Contratada, que impeçam a liquidação da despesa ou o descumprimento de qualquer cláusula do contrato, será comunicada a irregularidade à empresa, ficando pendente o pagamento até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, novo prazo para o pagamento será contado após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento de cobrança, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**11. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

11.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que os serviços a serem contratados são amplamente comercializados por empresas capacitadas para atenderem às necessidades da Contratante. A vedação à participação de consórcios visa propiciar maior participação de licitantes, preservando-se o caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

**12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

12.1. Designar comissão para fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021 e do Decreto 11.246/2022.

12.2. Proporcionar as condições para que a Contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

12.3. Registrar em processo administrativo eletrônico todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços contratados, assim como determinar as providências necessárias à regularização das falhas verificadas.

12.4. Comunicar formalmente à Contratada, quaisquer irregularidades verificadas quando da prestação dos serviços.

12.5. Impedir que terceiros executem os serviços contratados.

12.6. Promover, por intermédio da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, o recebimento formal do objeto.

12.7. Comunicar, por escrito, à Contratada, o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua não adequação aos termos contratuais.

12.8. Prestar, por escrito, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados formalmente pela Contratada, relacionados com os serviços pactuados.

12.9. Manter atualizado o cadastro de veículos e geradores no sistema de gerenciamento eletrônico.

12.10. Manter atualizado o cadastro dos servidores autorizados a realizar as operações de abastecimento.

12.11. Efetuar o pagamento, se os serviços foram prestados em conformidade com as especificações requeridas, após aceitação e atesto do executor/fiscal do serviço.

**13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Manter nos postos credenciados equipamentos frequentemente interligados com o sistema de gerenciamento eletrônico para os registros das operações de abastecimento de combustível através dos cartões.

13.2. Manter credenciados postos para fornecimento de combustível, nas áreas centrais das regiões administrativas do Distrito Federal ou próximo onde se localizam as sedes da Seção Judiciária do Distrito Federal.

13.3. Manter credenciado postos de abastecimento que atendam rigorosamente as prescrições estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e por todas as normas nacionais e internacionais pertinentes ao fornecimento de combustível.

13.4. Manter sistema de gerenciamento eletrônico que possibilite ao gestor acompanhar a execução do serviço contratado, vinte e quatro horas por dia, via internet com utilização de senha de acesso, de modo que estejam sempre à disposição, todos os meios de informações necessários para a perfeita administração do contrato.

13.5. Disponibilizar um cartão para cada veículo e gerador de toda a frota oficial conforme e cartões genéricos para eventuais situações de realização das operações de abastecimento.

13.6. Os cartões genéricos deverão ser vinculados ao sistema de gerenciamento eletrônico e ter a capacidade de abastecer os veículos e motores estacionários com gasolina, etanol e diesel.

13.7. Fornecer relatório mensal de utilização dos cartões, contendo todos os dados conforme a movimentação realizada no mês.

13.8. Emitir no início de cada mês relatório e fatura relativa ao consumo do mês anterior.

13.9. Deverá manter em toda a rede credenciada de postos de abastecimento, sem exceção ou restrição, equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do Sistema, considerando o preço do combustível tipo venda à vista.

13.10. Confeccionar cartão individualizado para cada veículo, com as características dos tipos de combustíveis permitidos, capacidade do tanque, placa do veículo e senha de segurança.

13.11. Disponibilizar os cartões em quantidade suficiente para sua perfeita utilização, de forma eficiente e segura, no menor tempo possível, respeitados os prazos estabelecidos, sem ônus para a Contratante.

13.12. Apresentar comprovante de abastecimento que indique nome e endereço do Posto, data e hora da operação, placa do veículo, quilometragem no momento da operação, identificação do responsável (motorista) pela operação quantidade de litros e valor em moeda nacional e o saldo restante do cartão.

13.13. Liberar o abastecimento com o uso do cartão do veículo, só após validação da matrícula funcional e da senha pessoal do condutor.

13.14. Disponibilizar sistema que ofereça opções de operação de abastecimento manual em caso de pane na rede elétrica do posto e/ou defeito na máquina ou do cartão do veículo, preservada, as informações previstas para o cartão, oferecendo à Contratante as mesmas informações disponibilizadas no abastecimento eletrônico.

13.15. Garantir a manutenção permanente do sistema de modo a não incorrer em descontinuidade dos serviços, bem como todas as despesas e custos, diretos e indiretos, requeridos para a sua execução.

13.16. Prestar os serviços objeto da contratação, em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência.

13.17. Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

13.18. Indicar à Contratante o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos, receber comunicações ou transmiti-las ao servidor incumbido do acompanhamento e da fiscalização do serviço.

13.19. Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço, tais como: Salários; seguros de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vales-refeição/alimentação; vale-transporte; plano de assistência médica (ambulatorial e hospitalar); outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

13.20. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

13.21. Responsabilizar-se, também, pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

13.22. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

13.23. Comunicar verbal e imediatamente ao órgão fiscalizador todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, no menor espaço de tempo possível, reduzi-las a escrito, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos.

13.24. Não repassar a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação.

13.25. Aceitar, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões quantitativas de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei, nos termos do artigo 124 da Lei n. 14.133/2021.

13.26. Assinar os aditivos de prazo, propostos pela Administração, em tempo hábil.

#### **14. DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

14.1. A contratação também contempla a possibilidade de utilização de combustíveis ambientalmente mais limpos, tais como etanol (álcool) e diesel S10. Tais combustíveis apresentam menor impacto ambiental quando comparados às versões tradicionais, contribuindo para a redução de emissões atmosféricas e para uma operação mais sustentável da frota oficial.

14.2. Será dada prioridade a serviços que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

14.3. A Contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental definidos na IN SLTI/MPOG nº 01/2010, e demais legislações que regem a matéria, além de:

14.3.1. A Contratada respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos.

14.3.2. Os relatórios gerenciais deverão conter campo específico para acompanhamento do consumo de combustíveis por tipo (gasolina, etanol, diesel), de modo a permitir à Administração avaliar periodicamente medidas de redução de impacto ambiental.

14.4. O combustível deve ser fornecido por postos que estejam devidamente cadastrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo Ibama, e possuir os respectivos Certificados de Regularidade válidos, nos termos da Instrução Normativa Ibama nº 13/2021, com prazo de validade em vigor.

## **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

15.1. Fica **vedada a subcontratação** total ou parcial do objeto deste contrato, não sendo permitido à contratada transferir a terceiros a execução das obrigações assumidas.

15.1.1. A vedação justifica-se em razão da natureza do objeto contratado, que envolve o fornecimento contínuo de combustível à Administração, exigindo controle operacional, padronização do atendimento, rastreabilidade das operações de abastecimento e responsabilidade direta da contratada quanto à qualidade do produto fornecido e à regularidade do serviço prestado.

## **16. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

16.1. Os abastecimentos dos veículos da frota oficial e dos motores estacionários, mencionados neste Termo de Referência, serão realizados em caráter ininterrupto, de segunda-feira a domingo, devendo ocorrer exclusivamente nos postos revendedores de combustíveis credenciados, por meio de bombas de abastecimento, em estrita observância às normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

16.2. Todos os equipamentos e materiais necessários para a implantação e funcionamento do objeto deste contrato deverão ser fornecidos pela Contratada.

16.3. A operação, o registro e o tratamento das informações no sistema de controle de abastecimento deverão ser efetuados eletronicamente, através do uso de equipamentos especiais de leitura e gravação de dados.

16.4. Eventuais omissões ou incorreções quanto aos quantitativos, registros ou demais informações relativas à frota deverão ser sanadas por ocasião do cadastramento dos veículos no sistema de gerenciamento disponibilizado pela Contratada, sem prejuízo do disposto na presente especificação.

16.5. As despesas resultantes do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, relatórios e outras decorrentes para a execução do Contrato, deverão ser de inteira responsabilidade da Contratada.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. Sem prejuízo da incidência de outras disposições previstas no instrumento convocatório, na hipótese de falha na execução do contrato, a Contratada está sujeita a:



17.1.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, caso não se justifique a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021.

17.1.2. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

17.2. Pelo não cumprimento das obrigações da Contratada, expressas neste Termo de Referência ou pela execução insatisfatória do serviço, atrasos, omissão e outras falhas, serão impostas à Contratada multas, por infração cometida, sobre o valor da nota fiscal relativa aos serviços mensais prestados (**valor de referência**), de acordo com os percentuais definidos a seguir, em especial nos seguintes casos:

ITEM	INFRAÇÃO	MULTA
1	Sistema de gerenciamento eletrônico inoperante	1% por dia útil, com valor da multa limitada a 30% do valor de referência.
2	Deixar de fornecer os cartões de abastecimento no prazo estabelecido.	0,1% por dia útil, por cartão, com valor da multa limitada a 30% do valor de referência.
3	Deixar de cumprir quaisquer obrigações contratuais estabelecidas neste Termo de Referência, não previstas nos Itens acima, por dia útil, quando o prazo for estipulado em dia útil, por dia corrido, quando o prazo for estipulado em dia corrido, por hora, quando o prazo for estipulado em hora, ou por ocorrência, quando a sanção for estipulada por ocorrência.	1% por dia útil, dia corrido, hora ou ocorrência, limitada a 20 dias úteis, 30 dias corridos ou 10 horas, conforme o caso.

17.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no edital.

17.4. Multa compensatória:

17.4.1. De 10% sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto, caso haja interesse da Contratante na continuidade da execução do contrato, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor global do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

17.4.2. De 15% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução parcial ou global do objeto, caso não haja interesse da Contratante na continuidade da execução do contrato, em razão de descumprimento pela Contratada de qualquer das condições avençadas, o que ensejará a extinção do contrato, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

17.5. Caso a Contratada não consiga cumprir os prazos estabelecidos para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência



de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Contrato ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência.

17.6. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada à Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério da Contratante a sua aceitação;

17.7. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste Instrumento.

# 18. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DE VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Justiça Federal de 1ª Instância - SJDF			RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA SJDF - 2026					
Núcleo de Segurança Institucional - Nusit								
Setor de Conservação de Veículos - Setcov								
			TOTAL DE VEÍCULOS				49	
OR.	PLACA	IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO (MARCA/MODELO)	ANO	TOMBO	RENAVAM	CHASSI	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
1	JFO-4857	GM VERANEIO CUSTON DE LUXE 4.1	1991	45418	4995074	9BG257NHMMC015990	ÁLCOOL	NUSIT
2	JGC-0431	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2008	22764	954725271	93YLM2M1H8J998172	FLEX	NUSIT
3	JGC-0461	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2008	22763	954881893	93YLM2M1H8J998124	FLEX	5ª Vara
4	JGC-0471	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2008	22765	954883047	93YLM2M1H8J998199	FLEX	NUSIT
5	JGC-0491	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	22759	954906225	93YLM2M1H8J992354	FLEX	19ª Vara
6	JGC-0501	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	22757	954907353	93YLM2M1H8J985302	FLEX	11ª vara
7	JGC-0511	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2008	22766	954908538	93YLM2M1H8J998210	FLEX	6ª Vara
8	JGC-0521	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2008	22760	954911059	93YLM2M1H8J995429	FLEX	4ª vara
9	JGC-0531	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2008	22762	954915097	93YLM2M1H8J998094	FLEX	18ª Vara
10	JGC-0541	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	22758	954916328	93YLM2M1H8J986882	FLEX	16ª Vara
11	JHG-8462	VW VOYAGE 1.6	2010	54799	194752038	9BWDB05U6AT202290	FLEX	NUSIT
12	JHG-8492	VW VOYAGE 1.6	2010	54796	194747506	9BWDB05U1AT204271	FLEX	NUSIT
13	JHG-8522	VW VOYAGE 1.6	2010	54798	194749100	9BWDB05U5AT202328	FLEX	NUSIT
14	JHG-8542	VW VOYAGE 1.6	2010	54800	194750477	9BWDB05U7AT202010	FLEX	NUSIT
15	JHG-8572	VW VOYAGE 1.6	2010	54797	194751317	9BWDB05U3AT204269	FLEX	NUSIT

16	JJE-3177	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	21633	915731371	93YLM2M1H7J832526	FLEX	26ª Vara
17	JJE-3187	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2004	21634	915741067	9BD17241C53135376	FLEX	7ª Vara
18	JJE-3197	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	21636	915735547	93YLM2M1H7J834062	FLEX	T recursal
19	JJE-3457	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	21638	915729407	93YLM2E1H7J797551	FLEX	NUSIT
20	JJE-3467	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	21630	915742608	93YLM2M1H7J817780	FLEX	10ª Vara
21	JJE-3497	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	21631	915734443	93YLM2M1H7J829453	FLEX	NUSIT
22	JJE-3507	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	21632	915736640	93YLM2M1H7J833083	FLEX	12ª Vara
23	JJE-3517	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	21639	914525794	93YLM2M1H7J818067	FLEX	13ª Vara
24	JJU-1331	FIAT PALIO WEKEEND ELX 1.4 MPI FIRE FLEX 8V	2010	42357	201971143	9BD17301MA4311092	FLEX	SEPAM
25	JKH-8153	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2006	20355	899336760	93YLM2E1H7J729577	FLEX	20ª Vara
26	JKH-8183	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2006	20359	899346820	93YLM2E1H7J717785	FLEX	8ª Vara
27	OVS-7931	GM TRAILBLAZER LTZ 3.6 V6 AUT.	2014	36735	1036545412	9BG156MD0EC468636	GASOLINA	NUSIT
28	PAC-6497	FIAT FIORINO FURGÃO CELEB. EVO 1.4 FLEX 8V 2P	2014	37261	1040130795	9BD26512MF9034292	FLEX	SEDAJ
29	PAC-9625	RENAULT LOGAN DYNAMIQUE HI-FLEX 1.6 8V 4P	2015	37256	1040557322	93Y4SRD64FJ744544	FLEX	NUSIT
30	PAC-9626	RENAULT VAN MASTER 2.3 dCi EXECUTIVE LONGO 16L DIES	2014	37257	1040555532	93YVE34MEFJ495891	DIESEL	NUSIT
31	PAC-9627	RENAULT FLUENCE SEDAN DYNAMIQUE 2.0 16V FLEX AUT	2014	37258	1040554439	8A1LZLH0TFL647293	FLEX	DIREF
32	PBE-1036	GM COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	2017	42409	1134338756	9BGJC6920JB173481	FLEX	NUSIT
33	PBE-1037	GM COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	2017	42412	1134340033	9BGJC6920JB173021	FLEX	NUASG
34	PBE-1038	GM COBALT LTZ 1.8 8V	2017	42410	1134341498	9BGJC6920JB172501	FLEX	NUSIT

		ECONO.FLEX 4P MEC.						
35	PBE-1039	GM COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	2017	42411	1134343490	9BGJC6920JB172913	FLEX	NUSIT
36	PBE-1040	GM COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	2017	42413	1134344497	9BGJC6920JB173365	FLEX	NUSIT
37	PBF-8661	HYUNDAI HR 2.5 TCI DIESEL (RS/RD)	2017	44679	1143183891	95PZBN7KPJB073286	DIESEL	NUASG
38	RED7I75	MMC OUTLANDER 3.0 HPES	2020		1228176857	JMYXLGF4WLZA00211	GASOLINA	NUSIT
39	REI5J48	GM ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	2021	47897	1248976085	9BGEA69H0MG102204	FLEX	NUSIT
40	REI8E18	RENAULT VAN MASTER 2.3 dCi EXECUTIVE LONGO 16L DIES	2021	47887	1247242118	93YMAFEXCMJ673996	DIESEL	NUSIT
41	SGP0J84	GM ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	2022	49308	1324143263	9BGEB69H0PG165200	FLEX	NUSIT
42	SGP0J92	GM ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	2022	49307	1324140655	9BGEB69H0PG162636	FLEX	NUSIT
43	SGP1A07	GM ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	2022	49306	1324142585	9BGEB69H0PG142653	FLEX	NUSIT
44	SGQ4A76	GM ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	2022	49586	1330794076	9BGEB69H0PG221683	FLEX	NUSIT
45	SGQ4A79	GM ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	2022	49587	1330794858	9BGEB69H0PG220869	FLEX	NUSIT
46	SGQ4A80	GM ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX MEC	2022	49585	1330795358	9BGEB69H0PG230494	FLEX	NUSIT
47	SGY1D91	FORD BRONCO S WILD 2.0	2023	54139	1366706541	3FMCR9E92PRD58723	GASOLINA	NUSIT
48	SSF5G19	GM S10 LT 2.8 DD4A	2023	53033	1373142097	9BG148FK0RC406855	DIESEL	NUSIT
49	SSP3A40	GM MONTANA TURBO 1.2	2024	54094	1415671513	9BGEA43B0SB195486	FLEX	NUASG

Justiça Federal de 1ª Instância - SJDF			RELAÇÃO DE MOTORES ESTACIONÁRIOS SJDF - 2026		
Núcleo de Segurança Institucional - Nusit					
Setor de Conservação de Veículos - Setcov					
OR.	TOMBO	IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
1	45418	GERADOR DE ENERGIA A GASOLINA 10KVA MONOFÁSICO 110V/220V PARTIDA ELÉTRICA - MODELO: NG10200E - MARCA: NAGANO	2024	GASOLINA	NUASG
2	29945	GRUPO GERADOR ELÉTRICO., COM 360 KVA. MARCA CUMMINS.	2011	DIESEL S500	NUASG
3	40506	GRUPO GERADOR - CUMMINS POWER GENERATION PROCESSO 1810-61.2015.4.01.8005	2016	DIESEL S500	NUASG
4	40507	GRUPO GERADOR - CUMMINS POWER GENERATION PROCESSO 1810-61.2015.4.01.8005	2016	DIESEL S500	NUASG

#### 19. DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (DEMANDA ESTIMADA)

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO				
MATERIAL	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Gasolina automotiva; não aditivada; com percentual de álcool de acordo c/ as especificações da ANP	LITRO	15.000	6,60	99.000,00
Etanol automotivo; com especificações de acordo c/ a ANP	LITRO	7.000	5,23	36.610,00
Diesel s-10 automotivo, com especificações de acordo com a ANP	LITRO	2.500	8,14	20.350,00
Diesel automotivo s500; não aditivado; com especificações de acordo c/ a agência nacional de petróleo (ANP)	LITRO	600	8,14	4.884,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS COMBUSTÍVEIS</b>				<b>R\$160.844,00</b>

ITEM	Desconto a incidir sobre os preços dos combustíveis	Percentual de Desconto Estimativo (%)	Valor Estimativo do desconto
1	Administração/gerenciamento combustíveis	4%	6.433,76
<b>Valor Total Estimativo da Contratação</b>			<b>154.410,24</b>

**ANEXO II DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2026****MODELO DE PROPOSTA**

<b>Razão Social:</b>		
<b>CNPJ:</b>		
<b>Endereço:</b>		
<b>Cidade:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>
<b>Fone:</b>	<b>Fax:</b>	

ITEM							
ITEM	SERVIÇO	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTDE	PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (%)	VALOR DO DESCONTO	VALOR TOTAL
01	Administração/gerenciamento combustíveis	Prestação de serviços de gerenciamento eletrônico de abastecimento de combustível para os veículos oficiais e motores estacionários da Seção Judiciária do Distrito Federal.	Serviço	1	%	R\$	R\$
Valor total por extenso:							

<b>PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:</b>		
<b>GARANTIA:</b>		
<b>BANCO (COD.):</b>	<b>AGÊNCIA (CÓD.):</b>	<b>CONTA-CORRENTE:</b>
<b>PRAZO DE ENTREGA:</b>		

**Declaramos:**

1 - estar de acordo com todos os termos e condições do Edital referente ao Pregão Eletrônico\_\_\_/2026.

2 - que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros e outros que se fizerem necessários (fretes, seguros, etc.), tributos incidentes e outros que se fizerem necessários.

3 - sob as penas da Lei, que esta empresa não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar;

4 - que no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

Brasília, de                      de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pela empresa

**ANEXO III DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2026****CONTRATO SJ/DF Nº XX/2026****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO/JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA.....**

Na data da assinatura eletrônica deste instrumento, de um lado a **UNIÃO/JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO DISTRITO FEDERAL**, inscrita no CNPJ/MF nº 05.456.457/0001-29, sediada no SAS Quadra 02, Lote 5/B, Bl. G, Brasília-DF, neste ato representada pela Diretora da Secretaria Administrativa, KELLY CRISTINA AGUIAR SANTOS COSTA, mediante delegação de competência outorgada pela Portaria DIREF nº. 925, de 14/01/2025, denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF nº. ...., estabelecida na ....., CEP: ....., telefone (    )    , neste ato representada por, ....., RG nº....., expedida pela SSP/, CPF nº ..... denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, decorrente do Processo Administrativo Eletrônico SJDF nº 0001397-62.2026.4.01.8005, do Edital do Pregão Eletrônico....., ficando as partes sujeitas às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de gerenciamento eletrônico de abastecimento de combustível para os veículos oficiais e motores estacionários da CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As especificação e estimativas de consumo encontram-se detalhadas nos Anexos a este Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – São anexos a este Instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1 – O Termo de Referência nº 001/2026 – NUSIT e seus anexos;



2 – Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e seus anexos;

3 – A proposta da CONTRATADA e seus anexos.

## **CLÁUSULA SEGUNDA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da CONTRATANTE:

1 - Designar comissão para fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021 e do Decreto 11.246/2022.

2 - Proporcionar as condições para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações pactuadas.

3 - Registrar em processo administrativo eletrônico todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços contratados, assim como determinar as providências necessárias à regularização das falhas verificadas.

4 - Comunicar formalmente à CONTRATADA, quaisquer irregularidades verificadas quando da prestação dos serviços.

5 - Impedir que terceiros executem os serviços contratados.

6 - Promover, por intermédio da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, o recebimento formal do objeto.

7 - Comunicar, por escrito, à CONTRATADA, o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua não adequação aos termos contratuais.

8 - Prestar, por escrito, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados formalmente pela CONTRATADA, relacionados com os serviços pactuados.

9 - Manter atualizado o cadastro de veículos e geradores no sistema de gerenciamento eletrônico.

10 - Manter atualizado o cadastro dos servidores autorizados a realizar as operações de abastecimento.

11 - Efetuar o pagamento, se os serviços foram prestados em conformidade com as especificações requeridas, após aceitação e atesto do executor/fiscal do serviço.

12 - Manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do Contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA:

1 - Fornecer cartões específicos para o abastecimento de cada veículo ou motor estacionário, que deverão estar à disposição da CONTRATANTE em até 5 (cinco) dias úteis do início do Contrato.

1.1 – Em caso de extravio ou dano, os cartões deverão ser emitidos e entregues pela CONTRATADA no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da respectiva solicitação.

2 - Confeccionar cartão individualizado para cada veículo, com as características dos tipos de combustíveis permitidos, capacidade do tanque, placa do veículo e senha de segurança.

3 - Disponibilizar os cartões em quantidade suficiente para sua perfeita utilização, de forma eficiente e segura, no menor tempo possível, respeitados os prazos estabelecidos, sem ônus para a CONTRATANTE.

4 - Disponibilizar um cartão para cada veículo e gerador de toda a frota oficial e cartões genéricos para eventuais situações de realização das operações de abastecimento.

4.1 - Os cartões genéricos deverão ser vinculados ao sistema de gerenciamento eletrônico e ter a capacidade de abastecer os veículos e motores estacionários com gasolina, etanol e diesel.

5 - Manter nos postos credenciados equipamentos frequentemente interligados com o sistema de gerenciamento eletrônico para os registros das operações de abastecimento de combustível através dos cartões.

6 - Manter credenciados postos para fornecimento de combustível, nas áreas centrais das regiões administrativas do Distrito Federal ou próximo onde se localizam as sedes da CONTRATANTE.

7 - Manter credenciado postos de abastecimento que atendam rigorosamente as prescrições estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e por todas as normas nacionais e internacionais pertinentes ao fornecimento de combustível.

8 - Manter sistema de gerenciamento eletrônico que possibilite ao gestor acompanhar a execução do serviço contratado, vinte e quatro horas por dia, via internet com utilização de senha de acesso, de modo que estejam sempre à disposição, todos os meios de informações necessários para a perfeita administração do Contrato.

9 - Fornecer relatório mensal de utilização dos cartões, contendo todos os dados conforme a movimentação realizada no mês.

10 - Emitir no início de cada mês relatório e fatura relativa ao consumo do mês anterior.

11 - Manter em toda a rede credenciada de postos de abastecimento, sem exceção ou restrição, equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do Sistema, considerando o preço do combustível tipo venda à vista.

12 - Apresentar comprovante de abastecimento que indique nome e endereço do Posto, data e hora da operação, placa do veículo, quilometragem no momento da operação, identificação do responsável (motorista) pela operação quantidade de litros e valor em moeda nacional e o saldo restante do cartão.

13 - Liberar o abastecimento com o uso do cartão do veículo, só após validação da matrícula funcional e da senha pessoal do condutor.

14 - Disponibilizar sistema que ofereça opções de operação de abastecimento manual em caso de pane na rede elétrica do posto e/ou defeito na máquina ou do cartão do veículo, preservada, as informações previstas para o cartão, oferecendo à CONTRATANTE as mesmas informações disponibilizadas no abastecimento eletrônico.

15 - Garantir a manutenção permanente do sistema de modo a não incorrer em descontinuidade dos serviços, bem como todas as despesas e custos, diretos e indiretos, requeridos para a sua execução.

16 - Prestar os serviços objeto da contratação, em conformidade com as especificações constantes deste Contrato.

17 - Indicar à CONTRATANTE o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos, receber comunicações ou transmiti-las ao servidor incumbido do acompanhamento e da fiscalização do serviço.

18 - Comunicar verbal e imediatamente ao órgão fiscalizador todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, no menor espaço de tempo possível, reduzi-las a escrito, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos.

19 - Não repassar a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação.

20 - Aceitar, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões quantitativas de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei, nos termos do artigo 124 da Lei n. 14.133/2021.

21 - Assinar os aditivos de prazo, propostos pela Administração, em tempo hábil.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** — Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, não sendo permitido, à CONTRATADA, transferir a terceiros a execução das obrigações assumidas. Tal vedação justifica-se em razão da natureza do objeto contratado, que envolve o fornecimento contínuo de combustível à CONTRATANTE, exigindo controle operacional, padronização do atendimento, rastreabilidade das operações de abastecimento e responsabilidade direta da CONTRATADA quanto à qualidade do produto fornecido e à regularidade do serviço prestado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** — A CONTRATADA deverá ater-se às especificações do objeto e aos prazos estabelecidos no ato convocatório, na proposta apresentada e neste Contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** — Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, devendo comunicar à CONTRATANTE imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A CONTRATADA deverá abster-se de revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, inclusive para fins comerciais ou que violem direitos protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14/08/2018, a terceiros, bem como não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente no fornecimento de bens ou serviços, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao necessário cumprimento do Contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A CONTRATADA deverá observar o Código de Conduta, instituído pela Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, bem como a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de discriminação, instituída pela Resolução nº 351/2020 – CNJ.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Em observância ao art. 10 da Resolução CNJ nº 401/2021 e ao art. 93 da Lei nº 8.213/1991, caso a CONTRATADA tenha 100 (cem) ou mais empregados, deverá adotar políticas de empregabilidade voltadas a pessoas com deficiência ou reabilitadas, observando o percentual mínimo exigido conforme o número de empregados:

- até 200 empregados .....2%
- de 201 a 500 .....3%
- de 501 a 1.000.....4%
- acima de 1.000.....5%

**CLÁUSULA QUARTA — DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS**

Caberá, ainda, à CONTRATADA:

1 - responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos gêneros objeto deste contrato, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

2 - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

3 - assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;

4 - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao objeto desta contratação;

5 - assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes deste Contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO** — A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA QUINTA — DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

A contratação contempla a possibilidade de utilização de combustíveis ambientalmente mais limpos, tais como etanol (álcool) e diesel S10. Tais combustíveis apresentam menor impacto ambiental quando comparados às versões tradicionais, contribuindo para a redução de emissões atmosféricas e para uma operação mais sustentável da frota oficial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Será dada prioridade a serviços que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATADA deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental definidos na IN SLTI/MPOG nº 01/2010, e demais legislações que regem a matéria, além de:

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A CONTRATADA deverá respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os relatórios gerenciais deverão conter campo específico para acompanhamento do consumo de combustíveis por tipo (gasolina, etanol, diesel), de modo a permitir à CONTRATANTE avaliar periodicamente medidas de redução de impacto ambiental.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O combustível deve ser fornecido por postos que estejam devidamente cadastrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo Ibama, e possuir os respectivos Certificados de Regularidade válidos, nos termos da Instrução Normativa Ibama nº 13/2021, com prazo de validade em vigor.

## **CLÁUSULA SEXTA — DA VIGÊNCIA**

O contrato terá vigência de 01 (um) ano, **a partir da sua assinatura eletrônica**, observado o disposto no §3º do art. 132 da Lei nº 10.406/2022 – Código Civil Brasileiro, podendo ser

prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – No caso de prorrogação da vigência contratual, será consultada a situação da CONTRATADA no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal – CADIN, nos termos do inciso III do art. 6º da Lei nº 10.522, de 19/07/2002.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a celebração de aditivos contratuais, nos termos previstos no art. 6º-A da Lei nº 10.520, de 19/07/2002.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Caso haja o registro impeditivo no CADIN, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularizar a documentação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Federal de Primeiro Grau, para o exercício de 2026, no programa de trabalho ..... e elemento de despesa .....

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Em \_\_\_\_\_ foi emitida a Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, do tipo \_\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O reforço de empenho para atender à parcela da despesa relativa à parte a ser executada, será indicado por meio de Termo de Apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA — DO PREÇO**

O valor global estimado do contrato é de R\$ ----- (-----), já considerado o percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA, conforme discriminado no Anexo II deste instrumento.



**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O percentual de desconto incidirá sobre o valor global contratado, sendo aplicado sobre os preços unitários de bomba “à vista” para cada combustível no momento do fornecimento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA fará jus ao pagamento dos serviços que forem efetivamente executados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA, conforme Anexo II, será fixo e irrevogável durante toda a vigência contratual.

## **CLÁUSULA NONA — DA EXECUÇÃO**

A Execução do Contrato reger-se-á pelo Título III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - Capítulo VI - Da Execução dos Contratos, da Lei nº 14.133/2021

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** — A CONTRATANTE designará um fiscal do Contrato ou mais (Comissão) para receber o objeto decorrente da presente contratação e fiscalizar a execução do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** — A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar sua extinção com as consequências contratuais previstas em lei, conforme disposto no Título III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - Capítulo VIII – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS, da Lei nº 14.133/2021, arts. 137 a 139.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO**

Para o recebimento da prestação dos serviços, serão adotados os seguintes procedimentos:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As notas fiscais deverão vir acompanhadas das ordens de serviço emitidas pela CONTRATADA, devendo ser entregues a partir do 1º (primeiro)

dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços e serão recebidas da seguinte forma:

1 - provisoriamente, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal, para verificação da sua conformidade com o que foi solicitado e aferição do direito ao pagamento;;

2 - definitivamente, em até 20 (vinte) dias úteis, a contar do encerramento do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O embargo do recebimento provisório/definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega e nem servirá como justificativa para qualquer atraso, não acarretando ônus para a CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Caso seja embargado o recebimento provisório/definitivo e não providenciada a correção da disfunção verificada, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do embargo, será iniciada a contagem do prazo para aplicação de multa de mora.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado mediante crédito bancário em conta-corrente da CONTRATADA, devendo o documento fiscal vir acompanhado das ordens de serviços emitidas, do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT, todos válidos na data do efetivo pagamento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O pagamento dar-se-á no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Para comprovação da regularidade fiscal, os documentos citados no “*caput*” desta cláusula poderão ser substituídos pelo Relatório SIASG/SICAF, que será acostado aos autos do processo de pagamento pela CONTRATANTE, por ocasião da verificação da nota fiscal.

**PARAGRAFO TERCEIRO** — Além da documentação citada no *caput* desta cláusula, deverá ser apresentada, juntamente com o primeiro documento fiscal encaminhado à CONTRATANTE para pagamento, documento comprobatório de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, na forma prevista e regulamentada.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação e qualquer ônus porventura decorrente dessa antecipação constituirá encargo da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO QUINTO** — Havendo erro na nota fiscal, inconsistência dos documentos apresentados, ou, ainda, a ocorrência de problemas de responsabilidade da CONTRATADA, que impeçam a liquidação da despesa ou o descumprimento de qualquer cláusula do contrato, será comunicada a irregularidade à empresa, ficando pendente o pagamento até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, novo prazo para o pagamento será contado após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento de cobrança, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Havendo atraso no prazo estipulado no caput desta Cláusula, desde que motivado pela CONTRATANTE, o valor devido será corrigido monetariamente, com base no último percentual divulgado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, pelo período compreendido entre a data do vencimento do prazo de pagamento e da sua efetivação.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Para a correção do valor devido, conforme Parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá solicitar formalmente à CONTRATANTE, juntamente com a memória de cálculo e o documento de cobrança.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A aplicação de penalidades à CONTRATADA reger-se-á conforme o estabelecido no Título IV – Capítulo I – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Serão aplicadas à CONTRATADA, responsável pelas infrações administrativas descritas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, as seguintes sanções:

1 – Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, caso não se justifique a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021.

1.1 - Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

2 – Multa;

3 – Impedimento de licitar e contratar;

4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Pelo não cumprimento das obrigações expressas neste contrato ou pela execução insatisfatória do serviço, atrasos, omissão e outras falhas, serão impostas à CONTRATADA multas, por infração cometida, sobre o valor da nota fiscal relativa aos serviços mensais prestados (**valor de referência**), de acordo com os percentuais definidos a seguir, em especial nos seguintes casos:

ITEM	INFRAÇÃO	MULTA
1	Sistema de gerenciamento eletrônico inoperante	1% por dia útil, com valor da multa limitada a 30% do valor de referência.
2	Deixar de fornecer os cartões de abastecimento no prazo estabelecido.	0,1% por dia útil, por cartão, com valor da multa limitada a 30% do valor de referência.
3	Deixar de cumprir quaisquer obrigações contratuais estabelecidas neste Termo de Referência, não previstas nos Itens acima, por dia útil, quando o prazo for estipulado em dia útil, por dia corrido, quando o prazo for estipulado em dia corrido, por hora, quando o prazo for estipulado em hora, ou por ocorrência, quando a sanção for estipulada por ocorrência.	1% por dia útil, dia corrido, hora ou ocorrência, limitada a 20 dias úteis, 30 dias corridos ou 10 horas, conforme o caso.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no edital.;

**PARÁGRAFO QUARTO** – A inobservância do disposto no Parágrafo Quarto da Cláusula Terceira, com relação à manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, durante toda a execução do contrato, acarretará a aplicação de multa de 1,00% (um por cento) por ocorrência, sobre o valor global do Contrato, até o limite de 02 (duas) ocorrências.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A existência de 03 (três) ou mais ocorrências descritas no Parágrafo anterior autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento da obrigação, nos termos dos arts. 137, 138 e 139 da Lei 14.133/2021.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Pela inexecução parcial do objeto, a CONTRATANTE aplicará multa compensatória de **10%** (dez por cento) sobre o valor global contratado, caso haja interesse da CONTRATANTE na continuidade da execução do contrato, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor global do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Pela inexecução total da obrigação, a CONTRATANTE aplicará multa de **15%** (quinze por cento) sobre o valor global do contrato, **no caso de inexecução parcial ou total do objeto**, caso não haja interesse da CONTRATANTE na continuidade da execução do contrato, em razão de descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, o que ensejará a extinção do contrato, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme §7º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO NONO** – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa da CONTRATADA, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da sua notificação, conforme art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE pela CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos à conta específica da Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal (GRU), ou ainda, cobrados judicialmente, nesta ordem;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Caso a CONTRATADA não tenha valores a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, após a notificação oficial, para o recolhimento da multa por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, conforme art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – Caso a CONTRATADA não consiga cumprir os prazos estabelecidos para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Contrato ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada à CONTRATANTE até o vencimento do prazo

inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério da CONTRATANTE a sua aceitação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - O pedido de prorrogação intempestivo ou não justificado na forma disposta neste Contrato será prontamente indeferido, sujeitando-se a CONTRATADA às sanções previstas neste Contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - A solicitação de dilação de prazos deverá ser encaminhada e protocolada no Núcleo de Segurança Institucional - NUSIT ([nusit.df@trf1.jus.br](mailto:nusit.df@trf1.jus.br)) para análise e deliberação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Quaisquer alterações no presente Contrato reger-se-ão pelos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021 e poderão ser realizadas mediante termo aditivo formalizado entre as partes ou mediante simples apostilamento, conforme o caso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

Toda e qualquer comunicação/informação/notificação/intimação e envio de documentos à CONTRATADA, referentes ao presente Contrato, será feita por meio do e-mail cadastrado no Portal de Compras Governamentais, ou outro que o substitua, informado formalmente na proposta apresentada durante a licitação.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento e manutenção de e-mail, telefone e endereço atualizado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em caso de inobservância do previsto no caput desta Cláusula ou em caso de frustradas as tentativas de comunicação com a CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação da CONTRATADA, via postal, via motoboy, para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses legais em que se determine publicação no Diário Oficial da União.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – As partes comprometem-se a tratar os dados pessoais decorrentes deste Instrumento de acordo com o estabelecido na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

**PARÁGRAFO QUARTO** – As partes comprometem-se a observar os termos da Resolução nº 147, de 15 de abril de 2011 - CJF, que institui o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau para magistrados, servidores e gestores de contrato no relacionamento com colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores.

**PARÁGRAFO QUINTO** – As partes comprometem-se a observar os termos da Resolução nº 351, de 28 de outubro de 2020 – CNJ, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

A CONTRATANTE reserva-se o direito de extinguir o presente contrato, por meio de Termo de Rescisão, antes do prazo nele fixado, no caso de ocorrer algum dos motivos previstos nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, resguardados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para a extinção prevista nesta Cláusula, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Dos atos da CONTRATANTE caberão os recursos e pedidos de reconsideração previstos nos arts. 165 a 167 da Lei nº 14.133/2021

**PARÁGRAFO ÚNICO** — Os recursos intempestivos não serão levados em consideração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DA PUBLICAÇÃO**



O presente Contrato deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA — DO FORO**

**Para dirimir questões oriundas do presente contrato, fica eleito o Foro do Distrito Federal.**

**Kelly Cristina Aguiar Santos Costas**

Diretora da Secretaria Administrativa

CONTRATANTE

-----  
Representante Legal

CONTRATADA

## ANEXO I DO CONTRATO SJ/DF N. -----/2026

### 1 - DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

#### 1.1. Requisitos Gerais

1.1.1 - A CONTRATADA deverá ser empresa especializada no gerenciamento de abastecimento de combustíveis, com rede de postos credenciados no Distrito Federal.

1.1.2 - O fornecimento para veículos será realizado exclusivamente por meio de postos de combustíveis credenciados à CONTRATADA, vedada no caso de veículos a entrega em recipientes.

1.1.3 - Para o abastecimento de combustível destinado **exclusivamente aos geradores** poderá ser utilizado recipiente apropriado, observadas as normas de segurança aplicáveis.

1.1.4 - O gerenciamento deverá ser feito por meio de cartões magnéticos ou microprocessados vinculados a cada veículo, com identificação única, e sistema informatizado que permita o acompanhamento das transações em tempo real.

1.1.5 - A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico e operacional 24h, para atendimento a eventuais falhas no sistema de gerenciamento.

1.1.6 - A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados e orientar os estabelecimentos por ela credenciados quanto ao uso dos equipamentos de segurança adequados, sempre que necessários à execução dos serviços.

#### 1.2. Requisitos Técnicos

1.2.1 - O sistema informatizado de gerenciamento deverá possibilitar: o registro individualizado por veículo, motorista, data, hora, tipo e quantidade de combustível/insumo fornecido; relatórios gerenciais customizáveis, em formato eletrônico, para acompanhamento e auditoria; controle de abastecimento por veículo (quantidade e periodicidade).

1.2.2 - O sistema deverá ser compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais Windows 7, 10 e 11, bem como com os navegadores Microsoft Edge, Google Chrome e Mozilla Firefox, além de ser compatível com ferramentas de escritório Microsoft Office 365, LibreOffice e BrOffice, ou outro que venha a ser utilizado pela CONTRATANTE, desde que amplamente difundido no mercado. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de quaisquer softwares adicionais necessários ao acesso ao sistema.

1.2.3 - A CONTRATADA deverá disponibilizar nos postos credenciados equipamentos visando o registro dos abastecimentos com capacidade de emitir em duas vias, comprovante impresso da operação realizada.

1.2.4 - Uma das vias do comprovante deverá ser encaminhada para a CONTRATADA pelo credenciado e a outra deverá fazer parte dos arquivos da CONTRATANTE visando à conferência dos Relatórios e Notas Fiscais ao final de cada mês.

1.2.5 - Os documentos impressos pelos equipamentos deverão conter no mínimo as seguintes informações: placa e hodômetro do veículo abastecido; tipo de combustível, valor e quantidade abastecida; data e hora do abastecimento; identificação do posto e servidor que realizou a operação.

1.2.6 - Relatórios gerenciais disponibilizados pela Internet que identifiquem todos os dados da operação do abastecimento, inclusive, a média de consumo de cada veículo entre os abastecimentos.

1.2.7 - Garantia de que, não possam ser abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota da CONTRATANTE.

1.2.8 - Garantia de que, os cartões só sejam utilizados com uso da senha do mesmo e do servidor responsável pelo abastecimento.

1.2.9 - Os cartões genéricos deverão ter mobilidade para abastecer com qualquer combustível contratado os veículo ou geradores da CONTRATANTE, ou outros autorizados.

1.2.10 - A CONTRATADA fornecerá o acesso e suporte a sua plataforma durante 24 horas por dia no período dos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias do contrato, os materiais, transporte e tudo o mais que for necessário para a execução dos serviços.

### **1.3. Requisitos dos Cartões**

1.3.1 - A CONTRATADA deverá fornecer 53 (cinquenta e três) cartões para abastecimento, **sem limite de utilização** de combustível, sendo um destinado a cada veículo e aos motores estacionários, além de 5 (cinco) cartões reserva, sem vinculação a veículo específico, que deverão permanecer bloqueados e sem crédito, sendo desbloqueados somente mediante solicitação da CONTRATANTE.

1.3.2 - Os cartões específicos para o abastecimento de cada veículo ou motor estacionário deverão estar à disposição da CONTRATANTE em **até 5 (cinco) dias úteis** do início do Contrato.

1.3.3 - Em caso de extravio ou dano, os cartões deverão ser emitidos e entregues pela CONTRATADA no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da respectiva solicitação.

1.3.4 - Não obstante os cartões serem fornecidos sem limitação por parte da CONTRATADA, a unidade responsável pela gestão da frota da CONTRATANTE poderá estabelecer limitações, caso seja de interesse da Administração.

1.3.5 - Os cartões magnéticos ou microprocessados deverão: ser resistentes, possuir chip de segurança e estar vinculados a cada veículo da frota; permitir bloqueio imediato em caso de extravio ou suspeita de uso indevido.

1.3.6 - No caso de desfazimento de veículos, após comunicação formal à CONTRATADA, os veículos deverão ser excluídos do Contrato, com a respectivo bloqueio do cartão.

1.3.7 - No caso de a CONTRATANTE adquirir ou receber novos veículos, após comunicação formal à CONTRATADA, passarão a integrar o Contrato e deverão receber o cartão para abastecimento

## **2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

2.1. Os abastecimentos dos veículos da frota oficial e dos motores estacionários, mencionados neste Contrato, serão realizados em caráter ininterrupto, de segunda-feira a domingo, devendo ocorrer exclusivamente nos postos revendedores de combustíveis credenciados, por meio de bombas de abastecimento, em estrita observância às normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

2.2. Todos os equipamentos e materiais necessários para a implantação e funcionamento do objeto deste contrato deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

2.3. A operação, o registro e o tratamento das informações no sistema de controle de abastecimento deverão ser efetuados eletronicamente, através do uso de equipamentos especiais de leitura e gravação de dados.

2.4. Eventuais omissões ou incorreções quanto aos quantitativos, registros ou demais informações relativas à frota deverão ser sanadas por ocasião do cadastramento dos veículos no sistema de gerenciamento disponibilizado pela CONTRATADA, sem prejuízo do disposto na presente especificação.

2.5. As despesas resultantes do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, relatórios e outras decorrentes para a execução do Contrato, deverão ser de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

## ANEXO II DO CONTRATO SJ/DF N /2026

## PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (DEMANDA ESTIMADA)

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO				
MATERIAL	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Gasolina automotiva; não aditivada; com percentual de álcool de acordo c/ as especificações da ANP	LITRO	15.000	R\$	R\$
Etanol automotivo; com especificações de acordo c/ a ANP	LITRO	7.000	R\$	R\$
Diesel s-10 automotivo, com especificações de acordo com a ANP	LITRO	2.500	R\$	R\$
Diesel automotivo s500; não aditivado; com especificações de acordo c/ a agência nacional de petróleo (ANP)	LITRO	600	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO DOS COMBUSTÍVEIS				R\$

ITEM	Desconto a incidir sobre os preços dos combustíveis	Percentual de Desconto (%)	Valor Estimativo do desconto
1	Administração/gerenciamento combustíveis	%	R\$
Valor Total Estimativo da Contratação			R\$

## ANEXO III DO CONTRATO SJ/DF N. -----/2026

## DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DE VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA SJDF - 2026								
OR.	PLACA	IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO (MARCA/MODELO)	ANO	TOMBO	RENAVAM	CHASSI	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
1	JFO-4857	GM VERANEIO CUSTON DE LUXE 4.1	1991	45418	4995074	9BG257NHMMC015990	ÁLCOOL	NUSIT
2	JGC-0431	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2008	22764	954725271	93YLM2M1H8J998172	FLEX	NUSIT
3	JGC-0461	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2008	22763	954881893	93YLM2M1H8J998124	FLEX	5ª Vara
4	JGC-0471	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2008	22765	954883047	93YLM2M1H8J998199	FLEX	NUSIT
5	JGC-0491	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	22759	954906225	93YLM2M1H8J992354	FLEX	19ª Vara
6	JGC-0501	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	22757	954907353	93YLM2M1H8J985302	FLEX	11ª vara
7	JGC-0511	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2008	22766	954908538	93YLM2M1H8J998210	FLEX	6ª Vara
8	JGC-0521	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX	2008	22760	954911059	93YLM2M1H8J995429	FLEX	4ª vara

		1.6 16V						
9	JGC-0531	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2008	22762	954915097	93YLM2M1H8J998094	FLEX	18ª Vara
10	JGC-0541	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	22758	954916328	93YLM2M1H8J986882	FLEX	16ª Vara
11	JHG-8462	VW VOYAGE 1.6	2010	54799	194752038	9BWDB05U6AT202290	FLEX	NUSIT
12	JHG-8492	VW VOYAGE 1.6	2010	54796	194747506	9BWDB05U1AT204271	FLEX	NUSIT
13	JHG-8522	VW VOYAGE 1.6	2010	54798	194749100	9BWDB05U5AT202328	FLEX	NUSIT
14	JHG-8542	VW VOYAGE 1.6	2010	54800	194750477	9BWDB05U7AT202010	FLEX	NUSIT
15	JHG-8572	VW VOYAGE 1.6	2010	54797	194751317	9BWDB05U3AT204269	FLEX	NUSIT
16	JJE-3177	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	21633	915731371	93YLM2M1H7J832526	FLEX	26ª Vara
17	JJE-3187	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2004	21634	915741067	9BD17241C53135376	FLEX	7ª Vara
18	JJE-3197	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	21636	915735547	93YLM2M1H7J834062	FLEX	T recursal
19	JJE-3457	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	21638	915729407	93YLM2E1H7J797551	FLEX	NUSIT
20	JJE-3467	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	21630	915742608	93YLM2M1H7J817780	FLEX	10ª Vara
21	JJE-3497	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	21631	915734443	93YLM2M1H7J829453	FLEX	NUSIT

22	JJE-3507	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	21632	915736640	93YLM2M1H7J833083	FLEX	12ª Vara
23	JJE-3517	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2007	21639	914525794	93YLM2M1H7J818067	FLEX	13ª Vara
24	JJU-1331	FIAT PALIO WEKEEND ELX 1.4 MPI FIRE FLEX 8V	2010	42357	201971143	9BD17301MA4311092	FLEX	SEPAM
25	JKH-8153	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2006	20355	899336760	93YLM2E1H7J729577	FLEX	20ª Vara
26	JKH-8183	RENAULT MEGANE SEDAN EXPRESSION HI FLEX 1.6 16V	2006	20359	899346820	93YLM2E1H7J717785	FLEX	8ª Vara
27	OVS-7931	GM TRAILBLAZER LTZ 3.6 V6 AUT.	2014	36735	1036545412	9BG156MD0EC468636	GASOLINA	NUSIT
28	PAC-6497	FIAT FIORINO FURGÃO CELEB. EVO 1.4 FLEX 8V 2P	2014	37261	1040130795	9BD26512MF9034292	FLEX	SEDAJ
29	PAC-9625	RENAULT LOGAN DYNAMIQUE HI-FLEX 1.6 8V 4P	2015	37256	1040557322	93Y4SRD64FJ744544	FLEX	NUSIT
30	PAC-9626	RENAULT VAN MASTER 2.3 dCi EXECUTIVE LONGO 16L DIES	2014	37257	1040555532	93YVE34MEFJ495891	DIESEL	NUSIT
31	PAC-9627	RENAULT FLUENCE SEDAN DYNAMIQUE 2.0 16V FLEX AUT	2014	37258	1040554439	8A1LZLH0TFL647293	FLEX	DIREF
32	PBE-1036	GM COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	2017	42409	1134338756	9BGJC6920JB173481	FLEX	NUSIT
33	PBE-1037	GM COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	2017	42412	1134340033	9BGJC6920JB173021	FLEX	NUASG
34	PBE-1038	GM COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	2017	42410	1134341498	9BGJC6920JB172501	FLEX	NUSIT
35	PBE-1039	GM COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	2017	42411	1134343490	9BGJC6920JB172913	FLEX	NUSIT



36	PBE-1040	GM COBALT LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 4P MEC.	2017	42413	1134344497	9BGJC6920JB173365	FLEX	NUSIT
37	PBF-8661	HYUNDAI HR 2.5 TCI DIESEL (RS/RD)	2017	44679	1143183891	95PZBN7KPJB073286	DIESEL	NUASG
38	RED7I75	MMC OUTLANDER 3.0 HPES	2020		1228176857	JMYXLGF4WLZA00211	GASOLINA	NUSIT
39	REI5J48	GM ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	2021	47897	1248976085	9BGEA69H0MG102204	FLEX	NUSIT
40	REI8E18	RENAULT VAN MASTER 2.3 dCi EXECUTIVE LONGO 16L DIES	2021	47887	1247242118	93YMAFEXCMJ673996	DIESEL	NUSIT
41	SGP0J84	GM ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	2022	49308	1324143263	9BGEB69H0PG165200	FLEX	NUSIT
42	SGP0J92	GM ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	2022	49307	1324140655	9BGEB69H0PG162636	FLEX	NUSIT
43	SGP1A07	GM ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	2022	49306	1324142585	9BGEB69H0PG142653	FLEX	NUSIT
44	SGQ4A76	GM ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	2022	49586	1330794076	9BGEB69H0PG221683	FLEX	NUSIT
45	SGQ4A79	GM ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX AUT	2022	49587	1330794858	9BGEB69H0PG220869	FLEX	NUSIT
46	SGQ4A80	GM ÔNIX SEDAN PLUS LT 1.0 12V TB FLEX MEC	2022	49585	1330795358	9BGEB69H0PG230494	FLEX	NUSIT
47	SGY1D91	FORD BRONCO S WILD 2.0	2023	54139	1366706541	3FMCR9E92PRD58723	GASOLINA	NUSIT
48	SSF5G19	GM S10 LT 2.8 DD4A	2023	53033	1373142097	9BG148FK0RC406855	DIESEL	NUSIT
49	SSP3A40	GM MONTANA TURBO 1.2	2024	54094	1415671513	9BGEA43B0SB195486	FLEX	NUASG

RELAÇÃO DE MOTORES ESTACIONÁRIOS SJDF - 2026					
OR.	TOMBO	IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO
1	45418	GERADOR DE ENERGIA A GASOLINA 10KVA MONOFÁSICO 110V/220V PARTIDA ELÉTRICA - MODELO: NG10200E - MARCA: NAGANO	2024	GASOLINA	NUASG
2	29945	GRUPO GERADOR ELÉTRICO., COM 360 KVA. MARCA CUMMINS.	2011	DIESEL S500	NUASG
3	40506	GRUPO GERADOR - CUMMINS POWER GENERATION PROCESSO 1810-61.2015.4.01.8005	2016	DIESEL S500	NUASG
4	40507	GRUPO GERADOR - CUMMINS POWER GENERATION PROCESSO 1810-61.2015.4.01.8005	2016	DIESEL S500	NUASG